



**Concurso Público**

**AGU**

**Cargo:**

**PROCURADOR FEDERAL DE 2.ª CATEGORIA**

**TARDE**

**Prova Discursiva P<sub>3</sub>**

Aplicação: 29/7/2007

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 1 Ao receber este caderno, verifique se ele contém as partes I — proposta para elaboração de peça judicial — e II — três questões discursivas — da prova discursiva P<sub>3</sub>, acompanhadas de espaços para rascunho.
- 2 Os espaços para rascunho são de uso opcional; não contarão, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 A duração da prova é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos para o CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA P<sub>3</sub>.
- 8 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início da prova e poderá levar o seu caderno de prova somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término da prova.
- 9 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o seu caderno de textos definitivos e deixe o local de prova.
- 10 Nenhuma folha deste caderno poderá ser destacada.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes do presente caderno ou do caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação da sua prova.

**AGENDA (datas prováveis)**

- I **22/8/2007** – Resultado provisório das provas discursivas: Diário Oficial da União (DOU) e Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/aguproc2007](http://www.cespe.unb.br/concursos/aguproc2007).
- II **23 e 24/8/2007** – Recursos (provas discursivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **13/9/2007** – Resultado final das provas discursivas e convocação para a entrega da documentação para a avaliação de títulos e para a sindicância de vida pregressa: DOU e Internet.

**OBSERVAÇÕES**

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 14 do Edital n.º 1 – CESPE/UnB, de 2/5/2007.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/aguproc2007](http://www.cespe.unb.br/concursos/aguproc2007).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

## PROVA DISCURSIVA P<sub>3</sub>

- Na peça judicial — que vale **sete** pontos — e nas três questões a seguir — que valem **um** ponto cada uma —, faça o que se pede, usando os espaços indicados no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas folhas do **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA P<sub>3</sub>**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Respeite os limites de **noventa** linhas para a peça judicial e de **trinta** linhas para cada questão. Qualquer fragmento além desses limites será desconsiderado. Será desconsiderado também o texto que não for escrito na(s) **folha(s) de texto definitivo correspondente(s)**.
- **ATENÇÃO!** No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas na capa, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso os textos exijam identificação, utilize apenas o nome **Procurador Federal**. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente a identificação do candidato em local indevido.

### PARTE I

#### PEÇA JUDICIAL

Objetivando melhorias remuneratórias, os servidores de uma autarquia federal que presta serviços públicos essenciais, sem qualquer comunicação prévia, em uma segunda-feira, iniciaram greve, com adesão de cerca de 90% dos quadros da entidade, comprometendo a continuidade dos respectivos serviços. Na mesma data, o diretor da pessoa jurídica da autarquia assinou instrução determinando o rigoroso controle e o corte de ponto dos servidores que não retornassem às suas funções a partir da publicação do ato, que se deu na terça-feira. Diante dessa instrução, a associação dos servidores da autarquia ajuizou mandado de segurança coletivo, no qual se apontava como autoridade coatora o coordenador-geral de recursos humanos. Na petição inicial, a autora argumentou que, na inexistência da lei disciplinadora do direito de greve dos servidores, de que trata o art. 37, VII, da Constituição, deve-se aplicar à espécie a Lei n.º 7.783/1989, que dispõe sobre a matéria no âmbito da iniciativa privada. Apontando a iminência dos cortes de ponto, a requerente pleiteou concessão de liminar, bem como, ao final, a procedência do pedido, para que se assegurasse o direito de greve da categoria, obstando-se qualquer corte de ponto determinado pela instrução. Ao despachar a inicial, o juiz da 3.ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, antes de apreciar o requerimento de liminar, determinou que a autoridade apontada como coatora prestasse as informações que entendesse necessárias.

Diante da situação hipotética descrita acima, na qualidade de procurador federal da referida autarquia, redija a peça judicial que contemple, do modo mais completo possível, as informações a serem prestadas pela autoridade apontada como coatora no mandado de segurança coletivo.

RASCUNHO – PARTE I – PEÇA JUDICIAL – 1/3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



RASCUNHO – PARTE I – PEÇA JUDICIAL – 2/3

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	



RASCUNHO – PARTE I – PEÇA JUDICIAL – 3/3

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	



## PARTE II

### QUESTÃO 1

Redija, de forma fundamentada, texto dissertativo acerca da contratação de empregados pela administração pública direta federal. Em seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ possibilidade jurídica da referida contratação;
- ▶ requisitos constitucionais para a validade da contratação e consequências da não-observância desses requisitos;
- ▶ garantias contra a dispensa e existência de estabilidade;
- ▶ competência para apreciar as controvérsias decorrentes desse contrato de trabalho.

### RASCUNHO – PARTE II – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Marcelo foi denunciado pelo Ministério Público por ter revelado fato que devia permanecer em segredo e do qual tinha ciência em razão do cargo público que ocupa. A ação praticada por Marcelo resultou em dano à administração pública, e o Ministério Público requereu a condenação do denunciado nas penas do art. 325, § 2.º, do Código Penal, transcrito a seguir.

Art. 325. Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação:

Pena — detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave.

(...)

§ 2.º Se da ação ou omissão resulta dano à administração pública ou a outrem:

Pena — reclusão, de dois a seis anos, e multa.

Por ocasião do recebimento da denúncia, o juiz verificou que não havia qualquer prova, ou sequer indício, no inquérito ou nos autos, a respeito da qualificadora.

---

Com base na situação descrita acima, redija um texto dissertativo que, aborde, necessariamente e de modo fundamentado, os seguintes aspectos:

- ▶ correta conduta a ser seguida pelo juiz;
- ▶ possíveis efeitos da decisão do juiz;
- ▶ recurso cabível.

PREPARO JURÍDICO

CURSOS PARA CONCURSOS

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Situação I: Carlos abate uma anta para dar alimento a sua família.

Situação II: Flávio caça jacarés, sem autorização da autoridade ambiental competente, no Pantanal mato-grossense com o objetivo de exportar peles e couros.

Situação III: A Madeireira ABC corta árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente. O corte e a venda da madeira devem-se a decisão unânime do órgão colegiado da madeireira.

---

Considerando essas situações hipotéticas, responda, de forma justificada e sucinta, às seguintes indagações:

- ▶ Carlos e Flávio estão sujeitos à denúncia por crimes contra a fauna?
- ▶ A Madeireira ABC poderia, em tese, ser responsabilizada civil, administrativa e penalmente?



1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

